



BANCARINHO

Edição

899

26/09/2018 - ANO: XIX



CONTRAFIN
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

Mesmo com lucro nas alturas, bancos eliminam 2.245 vagas

Quanto mais lucros, mais cortes. A lógica dos bancos é assim. De janeiro a agosto deste ano, foram eliminados 2.245 postos de trabalho em todo o país, de acordo com dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho.

Nos oito primeiros meses de 2018, foram 19.715 admissões e 21.960 demissões. Os bancos múltiplos com carteira comercial, os bancos que estão nesta lista são: Itaú, Bradesco, Santander e BB, eles foram responsáveis pelo corte de 1.363 postos no período. A Caixa eliminou 1.020 vagas.

Apenas cinco bancos lucraram R\$ 41,9 bilhões no primeiro semestre de 2018, elevação de 17,8% em relação a idêntico período de 2017. As mesmas organizações financeiras empregam cerca de 90% dos bancários no país. No entanto, não oferecem condições de trabalho adequadas. Muito pelo contrário, assediam e investem na rotatividade para reduzir custos.

Prova de que a rotatividade é uma estratégia bastante utilizada é que de janeiro a agosto, os bancários admitidos ganhavam, em média, R\$ 4.261,00. Já os demitidos, R\$ 6.467,00. Ou seja, quem ingressou no banco recebeu 66% da remuneração dos desligados.

Temer promulga decreto que libera geral terceirização no setor público

Poucas funções seguirão sob controle exclusivo de funcionários de carreira, como atos administrativos e ações de planejamento, coordenação, supervisão e controle

Temer promulgou o decreto que praticamente enterra a realização de novos concursos públicos na última sexta (21)

O presidente Michel Temer (MDB) promulgou na sexta-feira (21) o Decreto 9.507, que trata da terceirização de serviços na administração direta e em autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo federal.

A medida libera a contratação de mão de obra terceirizada em toda a estrutura da União que não estiver relacionada a tomadas de decisão, muito embora todas as funções que deem apoio a isso possam ser contratadas. A medida é um passo ao que pode ser a extinção dos concursos públicos.

Podem ser terceirizados, por exemplo, os professores de universidade federais, os trabalhadores da Petrobras, da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e outras empresas públicas, dos portos e aeroportos, servidores dos ministérios, entre outros.

A terceirização poderá ser aplicada mesmo em casos em que a empresa contratada venha a fornecer mão de obra com atribuições idênticas às de profissionais que já atuam no poder público. Caberá aos Conselhos de Administração ou órgão equivalente das empresas públicas definir as atividades passíveis de execução indireta

Não aceite intimidação! Vote não à proposta da Cassi



Começou na segunda-feira (24) a votação da proposta apresentada pelo Banco do Brasil para a Caixa de Assistência dos funcionários do BB (Cassi). A proposta não soluciona o déficit e onera associados da ativa e aposentados. Para tentar assegurar a aprovação, o banco colocou em prática uma pesada campanha, utilizando-se de táticas nada democráticas. O pleito segue até o dia 5 de outubro.

Para o movimento sindical a diretoria do BB está determinada em aprovar a sua proposta para a Cassi.

Para isso, não mede esforços. Inicialmente, utilizou-se de notificações extrajudiciais enviadas pela Cassi para tentar intimidar entidades contrárias à proposta com o objetivo que se abstivessem de informar os associados sobre os prejuízos da proposta e de orientar o voto não, por outro lado, utiliza a máquina do banco para intimidar os funcionários. Gerentes executivos estão se reunindo com a gerência média, em horário de expediente, para fazer campanha da proposta e orientar suas equipes a votarem sim. A consequência disso é o aumento de sobrecarga com a retirada dos gerentes das suas posições e a dificuldade ainda maior para alcançar as metas, uma vez que o tempo de reunião com os gerentes executivos, transformados em cabos eleitorais da proposta, não será levado em conta para reduzir as metas estipuladas..

O movimento sindical, por entender que as mudanças propostas pelo banco são prejudiciais, orienta pela rejeição da proposta votando NÃO.